



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA
“Prédio Antônio Francisco Ortega Batel”
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PARECER DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO,
Nº. 121, 03 DE DEZEMBRO DE 2023

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº. 19 de 07 de Julho de 2022 que Dispõe sobre a instituição do Programa denominado Empreende Nova Andradina no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

RELATORES: Pedro Gomes Soares – PSD

HISTÓRICO: O presente projeto de lei ora apresentado tem por finalidade estabelecer condições, regras e nortear os procedimentos operacionais para a implantação de um programa de desenvolvimento local no tocante às compras públicas no âmbito do Município de Nova Andradina.

CONCLUSÃO: Após análise do teor, do mérito do Projeto e observação dos princípios constitucionais e de acordo com o parecer do jurídico desta casa de Leis, a Comissão apresenta as seguintes emendas:

RECOMENDAÇÕES DA DIRETORIA JURÍDICA

EMENDA SUPRESSIVA AO ART. 12

Dispõe este dispositivo que o Município disponibilizará na SALA DO EMPREENDEDOR, de forma gratuita, equipamentos eletrônicos para apoiar os pequenos negócios locais na participação dos processos licitatórios.

Absolutamente temerário o dispositivo, porque impõe ao Município obrigação que eventualmente não conseguir cumprir, causando nulidade ao processolicitatório.

Assim, v.g., se em dada licitação o número de fornecedores for maior que o de equipamentos disponíveis, a não participação de qualquer microempresário por culpa da administração poderá resultar em nulificação do certame.

O Município poderá, naturalmente, oferecer os equipamentos na sala do empreendedor, mas é temerário que, por imposição legal, se obrigue a disponibilizar equipamentos para todos os fornecedores.

Por isso, visando a salvaguarda dos objetivos encartados no projeto de lei,

Recomendamos emenda supressiva ao art. 12.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA
“Antônio Francisco Ortega Batel”
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Parecer 121/2023.

EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 14

O art. 14 do projeto de lei destoa da nova lei de licitações (lei n. 14.133/2021), dando de ombros a previsão do art. 141, que prevê a ordem cronológica de pagamento.

Recomendamos, portanto, a seguinte **emenda modificativa ao art. 14:**

EMENDA MODIFICATIVA SUGERIDA

Art. 14 O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no âmbito de sua competência e poderá, cumprindo a ordem cronológica de pagamentos, a seu critério, priorizar o pagamento para as empresas sediadas no município.

Sala das Comissões, em 03 de Dezembro de 2023.

SANDRO ROBERTO HOICI – SEM PARTIDO
Presidente da Comissão de Justiça e Redação

PEDRO GOMES SOARES - PSD
Relator da Comissão de Justiça e Redação

MARCIA BATISTA LOBO GRIGOLO -MDB
Membro da Comissão de Justiça e Redação